

A relação entre o hiperconsumo e a ética ambiental: dicotomias socioambientais

The relationship between hyper-consumption and environmental ethics: socio-environmental dichotomies

Bruna de Almeida Faria¹
Paola do Nascimento Vicente²
Carlos Alexandre Michaello Marques³

116

Resumo: O presente estudo trata da ética ambiental e a sua relação com o hiperconsumo. É notório que a expansão do capitalismo, sistema que teve sua origem na Revolução Industrial, trouxe inúmeras consequências para o meio ambiente. A partir dessa reflexão, é necessário analisar a imprescindibilidade da ética ambiental para modificar e reduzir os impactos do consumismo desenfreado, tendo em vista a negligência humana, que se perpetua desde a I Revolução Industrial. Sendo assim, neste trabalho foi utilizado o método dedutivo, a partir de uma abordagem de pesquisa de natureza exploratória, utilizando da revisão bibliográfica como técnica de pesquisa. Além disso, esse estudo tem como objetivo analisar a relação entre o hiperconsumo e os pressupostos da ética ambiental no mundo contemporâneo. Os processos utilizados para atingir este objetivo foram definir o que é o hiperconsumo, além de contextualizar como se originou e desenvolveu esse modelo.

Palavras-chave: ética ambiental, capitalismo; hiperconsumo; Revolução Industrial

Abstract: This study deals with environmental ethics and its relationship with hyper-consumption. It is well known that the expansion of capitalism, a system that originated in the I Industrial Revolution, has had numerous consequences for the environment. Based on this reflection, it is necessary to analyze the indispensability of environmental ethics to modify and reduce the impacts of unbridled consumerism, in view of human negligence, which has been

¹ Discente do Curso de Direito do 2º ano da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: brunadealmeidafaria@furg.br

² Discente do Curso de Direito do 2º ano da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). E-mail: paolapaixao7@gmail.com

³ Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, com Estágio Pós-doutoral em Epistemologia Moral no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Advogado, Professor e Pesquisador do Grupo Transdisciplinar em Pesquisa Jurídica para uma Sociedade Sustentável – GTJus (CCJ/UFSC). E-mail: alexandremichaello@yahoo.com.br. Supervisor do manuscrito.

Recebido em: 22/09/2023

Aprovado em: 26/10/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



perpetuated since the Industrial Revolution. Therefore, this work used the deductive method, based on an exploratory research approach, using a bibliographic review as a research technique. In addition, this study aims to analyze the relationship between hyper-consumption and the assumptions of environmental ethics in the contemporary world. The processes used to achieve this objective were to define what hyper-consumption is, as well as to contextualize how this model originated and developed.

Keywords: environmental ethics; capitalism; hyper consumption; Industrial Revolution.

Introdução

O consumo é parte inerente do sistema econômico capitalista. Dessa forma, é impossível pertencer a uma sociedade capitalista e se esquivar de consumir, mesmo que em algum mínimo grau. Contudo, a constante oferta de produtos somado a intensa difusão desses por parte da mídia amplia o desejo de consumo, muitas vezes irrefreável, o que culmina no hiperconsumo.

O hiperconsumo encontra sua base também na obsolescência dos produtos, os quais são produzidos para durarem pouco e não trazem ao consumidor outra possibilidade a não ser a de adquirir novamente o mesmo produto. À vista disso, formulou-se significativa discrepância entre o real conceito de necessidade e o apuro por consumo devido à alta oferta oportunizada produção excessiva das corporações. Logo, o hiperconsumo se consolida com a cultura do/de consumo acelerado, que passa a ser intento de felicidade aos indivíduos. Sob essa ótica, resta claro que se trata de uma solução extremamente insustentável para o meio ambiente, embora lucrativa para o capitalismo, visto que uma sociedade que consome demasiadamente, é uma sociedade que movimenta muito sistema econômico desta matriz e, conseqüentemente, torna-se cada vez mais condicionada a permanecer perpetuando tal ciclo.

Dessa forma, se apresenta como problemática central desse estudo: em que medida se dá a relação entre o hiperconsumo e a ética ambiental? Sendo assim, é importante analisar desde os primórdios do capitalismo, sistema que originou a grande oferta de produtos e a busca incessante por lucros. Logo, é indispensável indagar como hipótese do presente estudo: há uma relação de proporcionalidade direta, uma vez que o alto nível de consumo impacta diretamente no meio ambiente, que é o objeto central da ética ambiental.

O tema central, portanto, é analisar qual a relação desses dois conceitos e a crescente necessidade da ética ambiental ser levada em consideração quando tratado o assunto do hiperconsumo. Logo, neste trabalho foi utilizado a abordagem da pesquisa exploratória, uma vez que foi apresentado o contexto histórico da origem do capitalismo além da conceituação do hiperconsumo e da própria ética ambiental, por intermédio da pesquisa bibliográfica.

Neste sentido, o levantamento da origem histórica do capitalismo foi essencial para a identificação das primeiras manifestações de consumo, além da evolução das relações sociais e trabalhistas no contexto da I Revolução Industrial. Assim, resta identificado o papel essencial da revolução industrial para a consolidação do capitalismo e disseminação desse em outros países. Além disso, se demonstrou relevante apontar os motivos do pioneirismo inglês, pois estes explicam o motivo da Inglaterra ter sido o berço da revolução em detrimento de outros países ascendentes.

A revolução industrial, por sua vez, acentuou a concepção do antropocentrismo, que concebe o ser humano como centro do universo em detrimento de todo o restante, incluindo o meio ambiente. Essa visão é a base do capitalismo, uma vez que o modelo não se preocupa com os possíveis impactos do meio ambiente, somente com os recursos que dele é possível retirar. Sendo assim, o homem extremamente influenciado pela cultura de/do consumo, apesar de sofrer com os impactos ambientais, se esquivava da necessidade de cuidar do próprio meio que vive.

1 Da I Revolução Industrial à consolidação do Capitalismo

A I Revolução Industrial foi um grande marco social e histórico que produziu efeitos em toda a humanidade, uma vez que mudou o processo produtivo e possibilitou o surgimento do capitalismo. Esse momento foi tão decisivo para o futuro da economia capitalista quanto radical na transformação e organização da indústria, levando a alguns autores a chamá-lo de as “dores do parto” do capitalismo moderno. (DOBB, 1983).

Desse modo, cabe analisarmos o motivo do pioneirismo industrial ocorrer na Inglaterra. Em primeiro plano, é necessário levar em consideração que após a Revolução Gloriosa, a burguesia se estabeleceu, logo na revolução industrial essa classe possuía recursos e interesses para investir no desenvolvimento do capitalismo.

Além disso, em 1651 foi decretado por Oliver Cromwell os Atos de Navegação, determinando que as mercadorias compradas ou vendidas pela Inglaterra só poderiam ser transportadas por navios ingleses, o que permitiu a Inglaterra controlar as rotas comerciais e marítimas do mundo, garantindo lucro a burguesia e criando as condições para o desenvolvimento do imperialismo marítimo britânico. (LÚCIO; MARQUES, 2020).

No século XVI foram editadas as chamadas “*Enclosure Acts*”, que eram leis criadas por sucessivos monarcas que objetivavam a privatização de terras que eram de uso comum dos camponeses, realizadas por meio do cercamento desses locais por poderosos senhores locais,

logo os camponeses não viram outra possibilidade a não ser migrar para as cidades. (PINTO, [s.d]) Nesse sentido, observa-se que o capitalismo agrário foi essencial para o desenvolvimento da Inglaterra, assim elucida Ellen Meiksins Wood:

Sem o capitalismo agrário da Inglaterra, não haveria massas de despossuídos, obrigados a vender sua força de trabalho por um salário. Sem essa força de trabalho não-agrária de despossuídos, não haveria um mercado de consumo de massa para os bens cotidianos baratos- como alimentos e produtor têxteis- que impulsionaram o processo de industrialização da Inglaterra. (WOOD, 2001, p. 109).

Ademais, existia ainda a chamada “Lei da Vadiagem” que proibia as pessoas sem emprego de ficarem vagando pela rua, sob pena de serem punidas com agressões físicas e até com morte, caso fossem reincidentes. Nesse sentido, sob a ótica da ideologia hegemônica da época, o Estado utilizou dessa ferramenta ideológica para garantir que aqueles que não eram detentores dos meios de produção se transformassem em força de trabalho ativa, aumentando a disponibilidade da mão de obra. (DE CARVALHO, 2006)

Em suma, é importante ressaltar que a Inglaterra possuía grandes reservas de carvão e ferro, que eram a base da Indústria da época, sendo essa disponibilidade essencial para que a Inglaterra se tornasse o berço da Revolução Industrial.

Paralelo a isso, o surgimento da indústria têxtil marcou a primeira fase, na qual o homem passou a utilizar máquinas que propiciavam a maior agilidade para tecer os fios. A segunda fase foi marcada pela expansão da Revolução Industrial, na qual a indústria prosperou em outras partes do mundo e novas fontes de energia começaram a ser utilizadas. Por fim, a terceira fase foi marcada pelo desenvolvimento tecnológico e científico, o que permitiu avanços significativos na medicina e o surgimento de novas tecnologias. (IGLÉSIAS, 1985)

Nesse contexto, a revolução industrial transformou não só o modo de produção, como as relações entre as pessoas e a natureza, provocando alterações na forma de consumo e na dinâmica ambiental. A primeira revolução industrial representou então uma nova organização do modelo capitalista, implicando em um aumento significativo de indústrias e na produtividade, bases fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo.

À luz dessa perspectiva, podemos apontar 3 principais consequências, além das mencionadas, da revolução industrial, sendo elas: crescimento econômico, desigualdade social e impactos ambientais. De forma breve, é notório que a mecanização da produção gerou maior produtividade o que resultou em um grande crescimento econômico, contudo, esse crescimento não foi uníssono, uma vez que a classe operária possuía salários extremamente baixos, enquanto

os donos dos meios de produção detinham a maior parte do capital. Ademais, por consequência, a industrialização intensiva levou a contaminação de rios, poluição do ar e da água, vazamento de produtos químicos além da maior exploração de recursos naturais (POTT; ESTRELA, 2017).

Cabe salientar que, com a III Revolução Industrial foi consolidado o Capitalismo Monopolista ou Financeiro que perdura até os dias atuais. No final do século XIX e no início do XX, surgiu uma nova classe social, chamada de tecnoburocracia, que concentra o conhecimento político e organizacional (BRESSER-PEREIRA, 2018).

Por conseguinte, se constatou uma alteração significativa na dinâmica social, uma vez que poucas e grandes empresas passaram a dominar o mercado através de trustes, holdings e cartéis. Além disso, observa-se que as indústrias e os bancos fundiram o capital de forma tal que esse passa a ser gerido por instituições financeiras. Assim sendo, embora o comércio e a indústria façam parte do capitalismo, observa-se que o sistema financeiro controla a economia, aumentando os lucros e acumulando cada vez mais capital, uma vez que nesse processo microatividades econômicas podem gerar resultados macroeconômicos. (DÖRRE, 2012).

2 A conceituação do hiperconsumo: da origem à atualidade

Após o término da Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma intensa mudança no estilo de vida e estruturas da sociedade, sobretudo entre 1950 e 1960. Isso porque, instaurou-se, mais especificamente nos Estados Unidos, um sistema econômico que traria consigo diversos desdobramentos: o Capitalismo. A superioridade perceptível dos Estados Unidos decorre do fato de que foi uma nação que sofreu com os impactos da Segunda Guerra, o que gerou vantagem e certa estabilidade para ocupar espaço na economia mundial e se fazer perpetuar a cultura do *American Way of Life*. (GREENSPAN, WOOLDRIDGE, 2020).

Os Anos Dourados trouxeram consigo a urgência de promover à toda a população o Bem-estar Social, visto que era notória a necessidade de boas condições de vida para o fomento do novo sistema econômico. Logo, se fez necessário investir na ampliação de direitos da classe trabalhadora, bem como dar a eles uma maior possibilidade de consumir, na medida em que a distribuição inadequada de rendas não estava sendo benéfica para o crescimento econômico. (GREENSPAN, WOOLDRIDGE, 2020).

Paralelamente, almejando um bom desenvolvimento dessa estrutura, era imprescindível aumentar a escala de consumo, para conseqüentemente gerar mais lucro. Nesse sentido, o

principal objetivo era suprimir ao máximo a divergência entre as classes para que, melhorando as condições da classe trabalhadora, ela também pudesse corroborar com o Capitalismo, hora produzindo, hora consumindo. Com isso, aumenta-se o acesso aos bens de consumo e se asseguram facilidades para a realização de compras, através da disponibilização de créditos, por exemplo. (GREENSPAN, WOOLDRIDGE, 2020).

Ocorre que, visando domesticar os indivíduos para que estejam sempre padronizados e corroborando para o crescimento do sistema, foi propagada a ideia de que o consumo geraria prosperidade, visto que a riqueza material teoricamente proporcionaria felicidade. Assim sendo, a classe trabalhadora, já sensibilizada e insatisfeita com sua anterior situação, foi seduzida pela ideia ilusória apresentada. Instaura-se então, a Era do Consumo, ocasionada pela alta demanda e velocidade de produção. (GREENSPAN, WOOLDRIDGE, 2020).

Dessa forma, a produção de bens tornou-se padronizada, com o aumento do volume e diminuição da vida útil dos objetos. Com isso, as pessoas passaram a consumir desenfreadamente para que pudessem acompanhar a alta produção e pertencer ao padrão do *American Dream*. Tomadas pela sensação de liberdade, poder de compra e prosperidade, a classe trabalhadora foi induzida a se adequar e crer no estigma da *Very Important Person*, já que teoricamente, recebiam privilégios e garantias, finalmente participando da sociedade. (GREENSPAN, WOOLDRIDGE, 2020).

De certa forma, a ilusória percepção de abundância para todos deu lugar para que a classe trabalhadora também pudesse pertencer e assim, fazer parte da identidade nacional. Dissolve-se, então, a luta de classes e se institui uma sociedade em que as pessoas, das diferentes classes, encontrassem algo em comum: a necessidade de consumir. Sem qualquer intervenção da classe trabalhadora, que estava involuntariamente cega quanto aos verdadeiros pressupostos do Capitalismo. (GREENSPAN, WOOLDRIDGE, 2020).

Entretanto, com a ascensão do acúmulo de bens, o aumento na produção também foi expressivo, mas, tendo em vista que a oferta superou a demanda, a aquisição de bens foi afetada. Consequentemente, a alta oferta acarretou perda do caráter insubstituível dos bens, freando a vontade dos indivíduos em possuí-los, devido a disponibilidade frequente dos mesmos, o que levou à inevitabilidade de mudança no sistema produtivo. Dessa forma, passou-se a estimular o exercício democrático do acúmulo de bens, incluindo-se nesse ciclo, classes mais baixas anteriormente excluídas da sociedade de consumo.

A obtenção de bens já não tinha mais vínculo com a necessidade, e sim com a busca pelo prazer proporcionado pela compra. Não havia mais preocupação com o excesso, porque a

importância era manter satisfeita a compulsão da aquisição e fomentar a felicidade. O cidadão, com a justificativa de estar exercendo sua liberdade e poder de compra, cada vez mais era entrelaçado pelos ideais Capitalistas, abrindo espaço para inaugurar o Consumo em Massa (VEBLEN, 1987), demandado pela hiperprodução.

Sob essa óptica, é nítido que a classe trabalhadora foi utilizada como ferramenta crucial do Sistema Capitalista para que este conseguisse se perpetuar. A necessidade de pertencimento e aceitação fez com que os indivíduos caminhassem de acordo com aquilo que era necessário para o sistema, então, quando foi necessário se afeiçoar com a prática consumista, assim foi feito, e, posteriormente, quando foi exigido aumentar a velocidade que consumiam, para comprar cada vez mais, a exigência também foi observada. Esse início é crucial para compreender o Hiperconsumo, pois sua concretização só se deu em decorrência da consolidação da Sociedade do Consumo. (GREENSPAN, WOOLDRIDGE, 2020).

Por conseguinte, a partir de 1970 uma nova característica se formou na sociedade: o imediatismo. Devido o contato frequente com o mercado mutável e o estímulo causado pelas novidades do contexto que se vivenciava, a felicidade agora era atrelada ao consumo acelerado. As pessoas, condicionadas a se incomodar com processos demorados, precisavam, cada vez mais rápido, sanar suas demandas. Fixa-se, então, a cultura do “*fast*”, que influenciava não só a compra de bens, mas também o modo de agir e os gostos alimentares dos indivíduos. As redes de “*fast food*” começaram a se desenvolver e os alimentos industrializados agora faziam parte da rotina dos indivíduos, tendo em vista o entusiasmo gerado pela falsa noção de otimização do tempo. (KLEIN, 2006, p. 219-220).

Os diversos estímulos mentais e novidades proporcionadas pelo desenvolvimento da tecnologia foram fundamentais para o estabelecimento do hiperconsumo, pois, apesar de trazer diversos benefícios, corroborou para a concretização do imediatismo na população.

Logo, a partir desse momento, além de a felicidade ser atrelada à compra, também passou a ser associada à rapidez e praticidade. Sob essa ótica, o hiperconsumo – conceito originado por Gilles Lipovetsky em sua obra “A felicidade paradoxal” – é, então, a aquisição desenfreada e inconsequente de bens e serviços em meio às inovações tecnológicas. Essa nova vertente do consumismo decorre da liquidez da sociedade atual, que possui como características a mudança constante e aversão ao estático. (LIPOVETSKY, 2007).

Diante do exposto, os indivíduos sentem-se deslumbrados pela renovação frequente do mercado e tentados a substituir seus bens, mesmo que ainda úteis, porque seus desejos de compra são contínuos. O prazer se dá no momento da aquisição do bem, mas não se perpetua

durante a vida útil do objeto, porque o ápice é proporcionado somente pelo momento da aquisição. Com isso, há sempre a necessidade de novas aquisições, para, com frequência, suprir esses desejos. Desse fato é que advém a necessidade de substituir descontroladamente bens já comprados, pois não há o mesmo nível de felicidade em ficar com eles, como há em novas aquisições. (AMORIN, SILVA, ROSA, PEREZ; 2018)

As relações líquidas (BAUMAN, 2001), por sua vez, ocasionam distanciamento entre os indivíduos e dificuldade na socialização. Com uma sociedade permeada por esses e outros entraves psicológicos, a vulnerabilidade quanto à necessidade de consumo aumentou. Isso porque, além da compra por prazer, as pessoas recorrem à aquisição de bens para suprir seus vazios emocionais e utilizam o consumo como ponte de ligação para se inserir em grupos e receber aprovação daqueles que valorizam a abundância de bens. Também se atrela à compra a resolução de problemas, quando esta é utilizada como meio de escapar das controvérsias. Logo, é perceptível que o consumo assumiu diversas outras significâncias para as pessoas, não sendo mais somente realizado pela busca de felicidade. Devido a essas facilidades ilusórias, os indivíduos se tornaram adeptos ao consumo exacerbado.

É comum, para a sociedade atual, que se tenha uma vasta quantidade de roupas, ou que um celular seja substituído a cada ano, por exemplo, porque esses fatos promovem uma falsa sensação de liberdade para comprar o que se deseja. Por isso, há extrema dificuldade em reconhecer o alto consumo como uma patologia, visto que este é admitido como a resolução para os outros problemas.

Além disso, atualmente, os itens disponíveis para compra são cada vez mais personalizados e combinados com as vontades e gostos das pessoas. Os bens agora são produzidos com certa individualização, o que acarreta simpatia do indivíduo com aquilo que está comprando, pois os itens apresentam características criadas justamente para fornecer ao indivíduo sua mesma personalidade e características através dos produtos, o que estimula cada vez mais a vontade de comprar. (AMORIN, SILVA, ROSA, PEREZ; 2018).

Pode-se perceber a individualização das mercadorias e a valorização do hiperconsumo pela figura dos “influencers digitais”, que, através de estratégias de marketing, estabelecem uma relação diária com aqueles que os assistem, expõem suas vidas fictícias sem esclarecer sobre os problemas enfrentados, fazem publicidades estimulando a compra de diversos produtos e, por fim, tornam-se figuras endeusadas por seus seguidores. Esses fatos promovem o desejo dos telespectadores em viver da mesma forma que os famosos, bem como ocasionam a frustração quando do reconhecimento da falta de similaridade. Com isso, as pessoas buscam, a

todo momento, alcançar a felicidade e prazer que os influencers vendem e, por conseguinte, comprar, de forma compulsiva para levar uma vida equiparada às deles. Ademais, o contato frequente com pessoas que mostram o consumo usual, torna o consumismo senso comum, o que dificulta o reconhecimento deste como uma chaga social e desculpabiliza o consumo excessivo. (AMORIN, SILVA, ROSA, PEREZ; 2018).

Cabe ressaltar a dificuldade atrelada à aplicação de um consumo sustentável em meio às influências do hiperconsumo. Em primeira análise, é notória a relativização do termo “consumo sustentável”, na medida em que, o conceito também é alvo das práticas consumeristas. Isso porque, o conceito é apropriado pelas empresas para ser utilizado como estratégia de marketing. As corporações dizem ser a favor da sustentabilidade e economia verde, mas, em contrapartida, utilizam dessa manifestação para atrair mais um grupo como público alvo e promover vendas. Ou seja, nem sempre é perceptível a real preocupação das empresas ao alegar ser a favor do consumo sustentável. Isso porque, apesar de apresentar outra “roupagem”, o hiperconsumismo ainda é fomentado, devido a atração das pessoas pelas novidades. (AMORIN, SILVA, ROSA, PEREZ; 2018)

Sendo assim, em que pese seja necessário substituir bens por outros mais adequados ao meio ambiente, é fulcral que se reconheça a necessidade de reduzir o consumo de bens, pois quanto à quantidade, não há significativa diferença em substituir um produto por outro. São muitos os malefícios causados aos indivíduos, quando sujeitos ao hiperconsumismo, entretanto, o meio ambiente também sofre represálias na medida em que, os recursos naturais estão cada vez mais escassos, e a necessidade de extraí-los, segue em movimento crescente.

3. As consequências ambientais da relação entre o capitalismo e o hiperconsumo

A partir da modernidade, a relação do homem-natureza se transformou significativamente, diversos pensadores e teóricos iniciaram a justificar as ações exploratórias dos homens em relação à natureza. Assim, consolidou-se a teoria de que o homem teria a legitimidade de dominar a natureza visto que ela não teria um fim em si mesmo, diferentemente dos homens. (FISCHER et. al., 2017).

Portanto, a relação homem-natureza se transformou imensamente, a natureza se tornou, então, apenas um instrumento que os homens poderiam usufruir para atingir os seus próprios objetivos e alcançar um progresso, o que, de fato, ocorreu. A partir do século XVIII, ocorreu um período de grande progresso industrial e tecnológico e esse período teve seu ápice na Revolução Industrial.

Nesse sentido, com a Revolução Industrial o estilo de vida dos indivíduos se transformou radicalmente. O padrão de produção se transformou imensamente, se tornando cada vez mais acelerado e o consumo era intensamente incentivado (PEREIRA, PEREIRA, PEREIRA, 2009), ou seja, houve o surgimento da produção em massa, o que conseqüentemente, auxilia que os indivíduos deixassem de ser meramente pessoas e se tornaram, também, consumidores.

Com o desenvolvimento industrial e tecnológico somente se acentuando e acelerando, o capitalismo foi consolidado como o sistema econômico em grande parte dos países e assim, como este está sempre buscando lucros e acúmulos de capital, a sociedade passou a acreditar que somente seria alcançada a felicidade ao consumir desenfreadamente, em um ritmo extremamente acelerado, sem considerar as conseqüências que isso poderia causar para todas as vidas do planeta. (PEREIRA, PEREIRA, PEREIRA, 2009).

Além disso, Layrargues (2022) afirma que após o término da Segunda Guerra, ocorreram nos “anos dourados” do capitalismo e houve uma enorme transformação, surgindo a “Sociedade do Consumo”. Nesse período, ocorreu uma desenfreada produção de bens, os quais eram mais numerosos que os indivíduos dessa sociedade. Por esse motivo, há uma tentativa em mudar os comportamentos dos indivíduos, para que estes consumam de forma acelerada, a fim de saciar as necessidades de consumo da produção em série acelerada. De acordo com Layrargues:

Dentro do contexto desta era de prosperidade, foi preciso investir muito trabalho ideológico para ressignificar a própria ideia de ‘necessidade’, justificada em função do novo regime de abundância de mercadorias disponíveis: assim se desfaz a sua característica fundamental, daquilo que é entendido como absolutamente indispensável, para então aceitar-se rotineiramente o extravagante, o supérfluo, até mesmo o descartável, como parte das infinitas necessidades humanas (LAYRARGUES, 2022, p. 14).

Sob esse viés, é possível observar que o sistema capitalista, que tem sua origem na Revolução Industrial, necessita do consumo e da produção em série para continuar exercendo seu domínio nas diversas sociedades mundiais. Assim, é possível afirmar que o hiperconsumo é conseqüência da necessidade de manter uma produção acelerada.

Sendo assim, observa-se que o padrão de vida contemporâneo tem raízes na I Revolução Industrial, quando os seres humanos realizaram diversas ações para impulsionar o progresso científico, tecnológico, além de econômico. No entanto, é necessário ressaltar que esses

esforços para alcançar o progresso aconteceram sem levar em consideração o grande impacto ambiental que essas ações, como, desmatar, emitir gases tóxicos, poderiam causar para o futuro do planeta.

Assim sendo, é de extrema necessidade perceber que esses movimentos de desenvolvimento industrial e consumismo são interligados e são intimamente responsáveis por acentuar a exploração ambiental. Com a lógica consumista e capitalista, foi consolidado o pensamento de que é necessário produzir e consumir de forma desenfreada e para que isso ocorra, há uma enorme dos recursos naturais “em prol” do progresso humano, e isso é perigoso para a sobrevivência do meio ambiente e dos próprios seres humanos. (MACHADO, GARRAFA; 2020).

Nesse sentido, é possível afirmar que para atender as necessidades do sistema capitalista e, conseqüentemente, do hiperconsumo, há uma exploração descontrolada dos recursos naturais. A fim de estabelecer uma produção acelerada e um consumo constante, os indivíduos utilizaram os recursos naturais de forma desenfreada, o que causou conseqüências catastróficas para o mundo. Espécies em extinção e mudanças climáticas são apenas algumas conseqüências que essas ações causaram.

Assim, é imperativo ressaltar que a relação humano-natureza se transformou drasticamente na I Revolução Industrial, quando foi consolidado uma posição antropocentrista dos homens, considerando-a apenas um meio para atingir o progresso humano. Essa visão está presente na sociedade capitalista visto que o hiperconsumo só continua ocorrendo porque o homem não percebe a preservação da natureza como sendo algo mais importante que a necessidade desenfreada de consumo.

Essa relação é insustentável visto que ela trouxe malefícios para a natureza e, conseqüentemente, para os humanos. Nesse sentido, é preciso haver uma transformação na relação natureza-humana, invertendo os valores que regem a sociedade capitalista. Após a Segunda Guerra Mundial houve uma mudança de valores visto que os indivíduos da sociedade foram incentivados a aceitar que com o consumismo intenso eles iriam atingir a felicidade. Nesse sentido, é importante citar que para mudar a relação natureza-humana, é necessário, novamente, mudar os valores que regem a sociedade. Para Machado e Garrafa:

Nascimento, ao tratar do desenvolvimento sustentável como uma das soluções para a crise ambiental vivida no mundo, apresenta uma crítica quanto à adoção de meios mais eficazes para preservação dos recursos naturais, entre eles, as mudanças culturais, defendendo a necessidade de adoção de outros valores e comportamentos, tais como: a) que noção de felicidade se desloque do ‘consumir’ para o ‘usufruir’; b)

transferência da moda, visando à durabilidade do produto; e c) pressões para a valorização e melhora de transportes coletivos (MACHADO, GARRAFA; 2020, p. 268).

A relação humano-natureza deve ser repensada visto que ao posicionar o ser humano como superior e separado da natureza, criou-se uma justificativa para a intensa exploração ambiental. Com o objetivo de criar novas tecnologias, produzir bens de forma extremamente acelerada, garantir um hiperconsumismo, a natureza foi rotulada como apenas um meio para agradar os seres humanos e seus recursos foram vistos como ilimitados. No entanto, é evidente que esse pensamento é perigoso visto que coloca em risco a sobrevivência do meio ambiente e dos próprios seres humanos. Portanto, é possível afirmar que para garantir a sobrevivência dos seres humanos, é também necessário proteger os recursos naturais.

Considerações finais

Acerca do Sistema Capitalista, a I Revolução Industrial marcou seu início, visto que através desse marco histórico, o processo de produção baseado no trabalho manufaturado passou a ser industrializado bem como a população rural migrou para as cidades com o fito de melhores oportunidades de vida. Sendo assim, a mecanização e o crescimento populacional proporcionaram um grande desenvolvimento econômico e, posteriormente, instituiu-se o capitalismo. Em que pese diversas mudanças tecnológicas de suma importância para a sociedade atual tenham sido geradas com a Revolução Industrial, os fundamentos da Sociedade do Consumo, também tiveram seu início neste momento histórico, ocasionando os futuros exageros quanto ao consumismo e o desfavor com as decorrências ambientais.

Destarte, a origem do hiperconsumismo se deu em situação de reconhecimento da classe trabalhadora, que passou a compactuar com a sensação de pertencimento que antes lhe era estranha. As garantias geradas, como a possibilidade de crédito e a ideologia de acesso democrático aos bens também são de suma importância, na medida em que corroboraram para que se tivesse um maior contato com as classes menos favorecidas. Nesse sentido, entende-se que as intenções do sistema capitalista não eram boas, entretanto, é necessário destacar sua contribuição para o melhor reconhecimento das classes, por menor que tenha sido a evolução.

Outro ponto a se salientar é o alargamento de uma noção de liberdade, que, com os avanços culturais e tecnológicos, compreende embrionariamente uma pretensa autonomia para agir conforme seus desejos, sem que haja uma limitação. Em contrapartida, deve-se refletir junto a essa, a noção de compromisso para com a sociedade, visto que, o individualismo

fomenta a prática de atos benéficos somente para um indivíduo, enquanto o meio ambiente, que deveria ser preservado pensando no bem comum, sofre com o alto consumo das pessoas que, de forma inconsequente, não buscam reduzir os impactos de seus atos.

É mister que a maior quantidade de indivíduos tenha acesso à bens necessários para a sua sobrevivência e desenvolvimento. Porém, enquanto a felicidade destes estiver atrelada ao consumo desenfreado característico do hiperconsumo, os seres humanos serão meras peças do sistema capitalista que, produzem para consumir e consomem para produzir, corroborando com o agravo da situação atual (AMORIN, SILVA, ROSA, PEREZ; 2018). É necessário então, modificar, através da educação emocional e ambiental, o conceito de felicidade, que anteriormente fora distorcido e que agora, em decorrência da distorção, é atrelado ao consumo.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Eliã Siméia Martins; SILVA, Elis Rejane Santana, ROSA, Jéssica, PEREZ, Clotilde. **O princípio do prazer: o hiperconsumo como escape em tempos de modernidade líquida.** *Signos do Consumo*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 70-78, 2018. DOI: 10.11606/issn.1984-5057.v10i2p70-78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/144828>. Acesso em: 27 ago. 2023.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Capitalismo financeiro-rentista.** *Estudos Avançados*, v. 32, n. 92, p. 17–29, jan. 2018.
- DE CARVALHO, Marina Vieira. **Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social do Rio de Janeiro de 1888 a 1902.** 2006.
- DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo.** 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 3-15.
- DÖRRE, Klaus. A nova Landnahme: Dinâmicas e limites do capitalismo financeiro. **Direito e Práxis revista**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 12, p. 536-603, set./2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/viewFile/19233/14078>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- FISCHER, Marta Luciane, et al. Da ética ambiental à bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro. V. 24, N. 2, abr.-jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/RWy3SRjRfxx8yZXSxrtvvQC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2023.

GREENSPAN, Alan; WOOLDRIDGE, Adrian. **Capitalismo na América, uma história**. Rio de Janeiro: Record, 2. ed. 24 fev. 2020.

IGLÉSIAS, Francisco. **A Revolução Industrial**. 6ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1985.

KLEIN, Naomi. **Sem logo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política da sociedade de consumo e a ‘produção destrutiva’ no limiar do colapso ambiental. **Revista Trabalho Necessário**, v.20, n. 43, p. 01-40, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/54650>. Acesso em: 09 jul. 2023.

LIPOVETSKY, Gilles, **A felicidade paradoxal**. Ensaio sobre a sociedade de hipreconsumo, SP: Companhia das Letras, 2007.

LÚCIO, José; MARQUES, Bruno Pereira. Cenários para a União Europeia: Que futuro após 31 de outubro de 2019. **XII congresso da geografia portuguesa**, Portugal, v. 1, n. 1, p. 82-88, mar./2020. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/101415/1/Lucio_Marques_2019.pdf . Acesso em: 19 jul. 2023.

MACHADO, Isis Layne de Oliveira; GARRAFA, Volnei. **Proteção ao meio ambiente e às gerações futuras**: desdobramentos e reflexões bioéticas. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro. V. 44, N. 124, jan-mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/qwqC4w64RTNh7PJDQHgqdnf/#>. Acesso em: 09 jul. 2023.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe; PEREIRA, Mariana Mioranza Koppe. Hiperconsumo e a ética ambiental. PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio. **Relações de consumo meio ambiente. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul**, p. 11-27, 2009.

PINTO, Tales dos Santos. **Cercamentos e Revolução Industrial Inglesa**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/cercamentos-revolucao-industrial-inglesa.htm>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C.. **Histórico ambiental**: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 271–283, jan. 2017. Acessado em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890021>

VEBLLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. São Paulo: Nova Cultural, 1987